



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, a qual também será designada por “**Fazenda Nacional**”; e

LIDERPRIME – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio, n.º 580, 9º andar, Bela Vista, localizada no Município e Estado de São Paulo, CEP 01.318-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 71.590.665/0001-40, neste ato representada pelo administrador, Sr. JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade/RG n.º [REDACTED] a qual será designada por “**Proponente**”.

E, ainda,

SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Av. das Comunicações, 04 – Vila Jaraguá, localizada no Município de Osasco, Estado de São Paulo, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.350.131/0001-01, neste ato representada por seus Diretores Conselheiros, Srs. JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade/RG n.º [REDACTED] e inscrito no [REDACTED] e HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade [REDACTED] e inscrito no CPF sob o n.º [REDACTED], infra-assinados; e

BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Jaceguai, 400 – Bela Vista, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01315-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.369.856/0001-23, neste ato representada por seus Diretores, Srs. JOSÉ MARIA CORSI, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade R.G. [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o n.º [REDACTED], HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade/RG n.º [REDACTED] e inscrito no CPF sob o n.º [REDACTED] as quais serão designadas por “**Interveniente Anuentes**”.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

A Proponente e a Fazenda Nacional serão denominados individualmente Parte e, conjuntamente, Partes.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020, na Lei nº 10.522/2002.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos tributários da Proponente, a redução de litígios e mediante concessões mútuas, a compatibilizar os interesses das partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da Proponente, a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.

1.2. O passivo fiscal assumido pela Proponente é composto pelos débitos inscritos em Dívida Ativa da União (“Dívida Ativa”) indicados no *Anexo I*. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa da Proponente existentes na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”).

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

1.4. A formalização da Transação constitui ato inequívoco de reconhecimento da Dívida Transacionada.

1.5. A Proponente e as Intervenientes Anuentes reconhecem que integram o mesmo grupo econômico e concordam, somente na hipótese exclusiva de rescisão da presente transação, com a inserção das Intervenientes Anuentes como corresponsáveis nos sistemas da Dívida Ativa, inclusive em relação às CDAs da Proponente ora regularizadas.

1.6. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos nesta Transação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. As CDAs constantes no *Anexo I* são consideradas irrecuperáveis em virtude da classificação econômica realizada pela Fazenda Nacional dos débitos da Proponente.

2.2. Serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada:

2.2.1. Desconto máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.2.2. O desconto médio aplicado à transação é de aproximadamente 64% (sessenta e quatro por cento), em respeito à vedação de redução do montante principal;

2.2.3. Pagamento da Dívida Transacionada de natureza *não previdenciária* (“Dívida Transacionada – Demais Débitos”) em 120 (cento e vinte) prestações mensais.

2.2.4. A utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 11, §§ 1ºA e 8º da Lei nº 13.988, de 2020, existentes na contabilidade da Proponente, no limite máximo de R\$ 36.714.510,95 (trinta e seis milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e dez reais, e noventa e cinco centavos)..

2.3. Na **conta de transação demais débitos**, o plano de pagamento será estabelecido da seguinte forma:

2.3.1. A aplicação de descontos máximo de até 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o saldo dos débitos, nos termos do item 2.2.1.

2.3.2. A utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 11, §§ 1ºA e 8º da Lei nº 13.988 de 2020, no percentual de 4,15% da Dívida Transacionada.

2.3.3. Pagamento de valor mensal equivalente a:

- a) 0,591% de todo o valor consolidado, após os descontos, durante as 60 (sessenta) primeiras parcelas.
- b) 0,758% de todo o valor consolidado, após os descontos, no lapso temporal entre da 61ª (sexagésima primeira) parcela até a 72ª (septuagésima segunda) parcela do plano de pagamento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

- c) 0,950% de todo o valor consolidado, após os descontos, no lapso temporal entre da 73ª (septuagésima terceira) parcela até a 84ª (octogésima quarta) parcela do plano de pagamento.
- d) 1,15% de todo o valor consolidado, após os descontos, no lapso temporal entre da 85ª (octogésima quarta) parcela até a 96ª (nonagésima sexta) parcela do plano de pagamento.
- e) 1,216% de todo o valor consolidado, após os descontos, no lapso temporal entre da 97ª (nonagésima sétima) parcela até a 108ª (centésima oitava) parcela do plano de pagamento.
- f) Pagamento em 12 (doze) parcelas divididas igualmente do saldo remanescente após os pagamentos previstos nos itens anteriores, a partir da 109ª (centésima nova) parcela do plano de pagamento.

2.3.4. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e, em relação à última parcela, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, nos termos do art. 5º, §3º da Lei nº 9.430/96.

2.4. Os depósitos judiciais vinculados às agências/operações/contas de números 0265 005 86430321 4 e 0265 005 86430320 6 custodiados pela Caixa Econômica Federal e vinculados à demanda judicial de n.º 5005355-21.2017.4.03.6100 da 22ª Vara Federal de São Paulo, nos respectivos valores históricos de R\$ 4.272.498,45 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos) e de R\$1.538.826,73 (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e vinte seis reais e setenta e três centavos), para o mês de outubro de 2021 (*Anexo II*), serão integralmente utilizados no pagamento da transação, mediante autorização de levantamento dos respectivos valores pela Fazenda Nacional.

2.5. Os depósitos judiciais mencionados no item 2.4 são maiores do que as prestações mensais do item 2.3.3, assim o valor levantado pela Proponente deverá ser utilizado, no mesmo mês de levantamento, para o pagamento antecipado das prestações vincendas, através de guias *DARF avulsas* emitidas pela Fazenda Nacional.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

- 2.6.** Os valores bloqueados em processos judiciais, convertidos em DJE, descritos no *Anexo III*, serão transformados em pagamento definitivo para quitação das CDAs de referência dos depósitos, sem a aplicação dos descontos.
- 2.7.** Eventuais atrasos nos desbloqueios e levantamentos dos valores vinculados à demanda judicial de n.º 5005355-21.2017.4.03.6100 da 22ª Vara Federal de São Paulo não exime a Proponente das obrigações de pagamento das prestações mensais ordinárias do item 2.3.3.
- 2.8.** Eventuais créditos que a Proponente venha a dispor, por precatório ou levantamento de depósito judicial, perante a União ou outros entes federados, nos termos da Portaria PGFN nº 10.826/2022, deverão ser por ela direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação e, quando aplicável, serão utilizados no mesmo mês da aceitação desses créditos, para o pagamento antecipado das prestações vincendas. Eventuais créditos que as Intervenientes Anuentes venham a dispor, por precatório ou levantamento de depósito judicial, perante a União ou outros entes federados, nos termos da Portaria PGFN n.º 10.826/2022, poderão ser por elas direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação e, quando aplicável, serão utilizados no mesmo mês da aceitação desses créditos.
- 2.9.** A Proponente afirma a existência, a regularidade escritural, a disponibilidade dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, tudo certificado por profissional contábil com registro regular no Conselho Regional de Contabilidade.
- 2.10.** A análise dos créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL a ser realizada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil poderá se dar até a liquidação integral do acordo ou no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da data de sua celebração, o que for posterior.
- 2.11.** A Proponente deve manter durante todo o período previsto no parágrafo anterior, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprovatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.
- 2.12.** A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados, mantendo-se as garantias da transação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

3. DAS GARANTIAS

3.1. A Proponente e as Intervenientes Anuentes oferecem como garantia:

- a) imóveis de propriedades da Proponente e da Interveniente Anuente Silvio Santos Participações S/A, conforme *Anexo IV*;
- b) marca registrada no INPI “BAÚ DA FELICIDADE”, em vigor até 10/08/2032, de propriedade da Interveniente Anuente BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA, conforme *Anexo V*.

3.2. Os valores considerados nos Anexos IV e V não vinculam a Fazenda Nacional para fins de suficiência das garantias em execuções fiscais, resguardado o direito de requerer nova avaliação das garantias em caso de rescisão da presente Transação.

3.3. As garantias serão mantidas até a conclusão do plano de pagamento, no limite dos valores residuais a serem quitados, considerando o montante devido antes da aplicação dos descontos e da utilização dos créditos indicados no item 2.2.4.

3.4. No prazo de 30 (trinta) dias, a Proponente e as Intervenientes Anuentes comprometem-se a formalizar a penhora dos imóveis mencionados no item 3.1.a (*Anexo IV*), e da marca BAÚ DA FELICIDADE do item 3.1.b, nos autos da Execução Fiscal n.º 5003220-08.2022.4.03.6182 em trâmite perante a 8ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, devendo ser excluídos destas penhoras todos e quaisquer frutos e rendimentos desses bens. Os frutos e rendimentos poderão ser penhorados na hipótese de rescisão da transação.

4. DA POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL DADO EM GARANTIA

4.1. Com relação aos bens mencionados nos itens 3.1.a e 3.1.b, formalizada a penhora, a alienação, livre de qualquer ônus para o adquirente, fica condicionada à inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda e o valor arrecadado destinado à quitação das parcelas vincendas da presente transação.

4.2. A Proponente e a Interveniente Anuente SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S/A anuem com a utilização do Sistema COMPREI, da PGFN, regulamentado pela Portaria PGFN/ME nº 3.050, de 06.04.2022, c.c IN CGR nº 40, de 19.05.2022, para eventual alienação dos imóveis por elas dados em garantia.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

5. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

5.1. A Proponente reconhece e confessa, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo seu pagamento, confissão renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

5.2. Expressa e irrevogavelmente, a Proponente e as Intervenientes Anuentes desistem das impugnações ou dos recursos interpostos, das ações judiciais que tenham por objeto exclusivamente a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renuncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto exclusivamente a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

5.3. A desistência ou a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime a Proponente ao pagamento proporcional dos honorários advocatícios, multa por litigância de má-fé e custas processuais, nos casos em que já houver condenação, à exceção dos honorários já compreendidos nos encargos legais das CDAs transacionadas e aqueles relacionados aos processos mencionados no item 5.3.1.

5.3.1. Nos processos judiciais de n.º 1017542-96.2021.4.01.3400, em trâmite perante o TRF 1ª Região, 5005355-21.2017.4.03.6100, 5025039-98.2022.4.03.6182 e 5015135-25.2020.4.03.6182, ambos em trâmite perante o TRF 3ª Região, não haverá condenação das partes em honorários de sucumbência.

5.4. Em até 30 dias da celebração deste termo, a Proponente providenciará a quitação dos valores fixados a título de honorários de sucumbência nos autos 5005351-81.2017.4.03.6100. Esses valores poderão ser parcelados nos termos previstos no artigo 916 do Código de Processo Civil.

5.5. A Proponente deverá requerer a desistência da demanda 5012897-51.2021.4.03.6100, bem como requerer a fixação dos honorários de sucumbência nos percentuais mínimos estabelecidos nas alíquotas regressivas constantes dos incisos do parágrafo terceiro do artigo 85 do Código de Processo Civil, observada a regra contida no parágrafo quinto do mesmo artigo do Código de Processo Civil.

5.6. Em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste termo, a Proponente peticionará nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

5.7. Em até 30 (trinta) dias, após a assinatura deste termo, a Proponente peticionará nos processos judiciais em que houver depósitos judiciais para requerer o levantamento ou a transformação em pagamento definitivo, conforme as hipóteses previstas nas cláusulas 2.4 e 2.6.

5.8. A Proponente promete liquidar e pagar, em 90 (noventa) dias após a assinatura deste termo, a multa imposta com fundamento no artigo 81 do Código de Processo Civil, no Agravo de Instrumento n. 5015146-05.2022.4.03.0000, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, interposto em face de decisão proferida na EF 5015643-39.2018.4.03.6182 da 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

6.1.1. Presumir a boa-fé da Proponente e das Intervenientes Anuentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação.

6.1.2. Notificar a Proponente e as Intervenientes Anuentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo suficiente para regularização do vício.

6.1.3. Tornar públicas todas as negociações firmadas com a Proponente, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

6.2. A Proponente aceita as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

6.2.1. Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo.

6.2.2. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica.

6.2.3. Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal.

6.2.4. Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos.

6.2.5. Autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com prestações do acordo firmado, vencidas ou vincendas.

6.2.6. Autorizar a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja credora.

6.2.7. Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores.

6.2.8. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e notas fiscais.

6.2.9. Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

6.2.10. Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação.

6.2.11. Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, que poderá ser realizada de forma unificada por ocasião do encerramento do respectivo exercício em que ocorridas, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante.

6.2.12. Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;

6.2.13. Manter, durante 5 (cinco) anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprovatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

6.2.14. Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

6.2.15. Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.

7. HIPÓTESES DE RESCISÃO

7.1. Implicará rescisão da Transação:

7.1.1. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas.

7.1.2. A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da transação.

7.1.3. A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação.

7.1.4. A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Proponente e das Intervenientes Anuentes.

7.1.5. A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992, tendo como objeto a dívida transacionada.

7.1.6. A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996.

7.1.7. O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

7.1.8. O não peticionamento, pela Proponente, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos.

7.1.9. O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.

7.1.10. A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

- 7.1.11.** A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Proponente e das Intervenientes Anuentes, como forma de fraudar o cumprimento desta Transação.
- 7.1.12.** A comprovação de que a Proponente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional.
- 7.1.13.** A comprovação de que a Proponente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- 7.2.** As hipóteses de rescisão previstas no item 7.1 não compreendem fatos ocorridos em data anterior à assinatura do presente termo de transação.
- 7.3.** A rescisão da transação implicará:
- 7.3.1.** a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência da Proponente e das Intervenientes Anuentes.
- 7.3.2.** a execução automática das garantias.
- 7.3.3.** a inclusão das Intervenientes Anuentes como corresponsáveis nos sistemas da dívida ativa em caso de rescisão da Transação.
- 7.4.** Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 18 da Portaria PGFN nº 6.757/22.
- 7.5.** A Proponente e as Intervenientes Anuentes serão notificadas sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado da plataforma REGULARIZE.
- 7.6.** A Proponente e as Intervenientes Anuentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.
- 7.6.1.** A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

- 7.6.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Proponente e às Intervenientes Anuentes acompanharem a respectiva tramitação.
- 7.6.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.
- 7.6.4. A Proponente e as Intervenientes Anuentes serão notificadas da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.
- 7.6.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.
- 7.6.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.
- 7.6.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.
- 7.6.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Proponente e/ou as Intervenientes Anuentes, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irrisignação.
- 7.6.9. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, a Proponente deverá cumprir todas as exigências do acordo.
- 7.6.10. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.
- 7.6.11. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela Proponente, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
- 8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa da União objeto desta transação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

- 8.3. O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.
- 8.4. A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pela Proponente, dos débitos transacionados.
- 8.5. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 59 a 63 da Portaria PGFN n.º 6.757/2022 (SEI 19839.104345/2023-10) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.
- 8.6. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.
- 8.7. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

9. DOS ANEXOS

- 9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das CDAs incluídas na Transação.

Anexo II: Guias de recursos financeiros depositados em conta judicial vinculados às agências/operações/contas 0265 005 86430321 4 e 0265 005 86430320 6 da Caixa Econômica Federal da demanda judicial de n.º 5005355-21.2017.4.03.6100 da 22ª Vara Federal de São Paulo.

Anexo III: Valores bloqueados em processos judiciais e convertidos em DJE.

Anexo IV: Laudos de Avaliação dos bens imóveis dados em garantia.

Anexo V: Laudo de Avaliação da Marca Baú da Felicidade.

São Paulo, 24 de janeiro de 2024.

LIDERPRIME – ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

SILVIO SANTOS PARTICIPAÇÕES S.A

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL e HENRIQUE ABRAVANEL



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN 3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
HENRIQUE ABRAVANEL e JOSÉ MARIA CORSI

THIAGO DE FARIA Assinado de forma digital por THIAGO

Thiago de Faria Lima

Procurador da Fazenda Nacional



Débora Martins de Oliveira

Procuradora da Fazenda Nacional

GABRIEL AUGUSTO LUIS Assinado de forma digital por
TEIXEIRA GABRIEL AUGUSTO LUIS

Gabriel Augusto Luís Teixeira Gonçalves

Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região



Mariana Fagundes Lellis Vieira

Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região



Darlon Costa Duarte

Coordenador-Geral de Estratégias de Recuperação de Créditos



João Henrique Grognet

Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União e do
FGTS

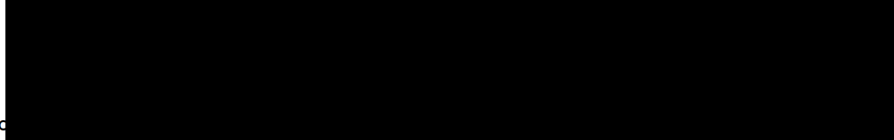
PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 24/01/2024

Dados do Documento

Tipo de Documento
Referência Contrato
Situação
Data da Criação
Validade
Hash Code do Documento



Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Interveniente Anuente 01
Relacionamento 43.350.131/0001-01 - Silvio Santos Participações S.A.

Representante CPF

Henrique Abravanel

Ação: Assinado em 24/01/2024 11:25:11 com o certificado ICP-Brasil Serial [REDACTED] **IP:** [REDACTED]
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36
Localização Não Informada
Tipo de Acesso Normal

Representante CPF

José Roberto dos Santos Maciel

Ação: Assinado em 24/01/2024 03:24:35 com o certificado ICP-Brasil Serial - [REDACTED] **IP:** [REDACTED]
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36
Localização Não Informada
Tipo de Acesso Normal

Papel (parte) Interveniente Anuente 02
Relacionamento 61.369.856/0001-23 - BF Utilidades Domésticas Ltda.

Representante CPF

Henrique Abravanel

Ação: Assinado em 24/01/2024 11:28:25 com o certificado ICP-Brasil Serial [REDACTED] **IP:** [REDACTED]
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36
Localização Não Informada
Tipo de Acesso Normal

Representante CPF

José Maria Corsi

Ação: Assinado em 24/01/2024 05:02:58 com o certificado ICP-Brasil Serial [REDACTED] **IP:** [REDACTED]
Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36
Localização Não Informada
Tipo de Acesso Normal



Papel (parte)	Proponente 01
Relacionamento	71.590.665/0001-40 - Liderprime Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

Representante	CPF
----------------------	-----

José Roberto dos Santos Maciel

Ação: Assinado em 24/01/2024 03:24:32 com o certificado ICP-Brasil Serial - [REDACTED] **IP:** [REDACTED]

Info.Navegador Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36

Localização Não Informada

Tipo de Acesso Normal

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): [REDACTED]

No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://verificador.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.